

Superior Tribunal de Justiça

**TutPrv no AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.412.819 - SP
(2018/0326707-7)**

RELATOR : MINISTRO RIBEIRO DANTAS
REQUERENTE : M D S DE O
ADVOGADOS : LEONARDO FOGAÇA PANTALEÃO - SP146438
LEONARDO MISSACI - SP300120
REQUERENTE : R S S DE O
ADVOGADOS : VALTER BRUNO DE OLIVEIRA GONZAGA - DF015143
CAROLINA REZENDE MORAES E OUTRO(S) - DF059689
REQUERENTE : L S S DE O
ADVOGADOS : SERGIO LUIZ BARBEDO RIVELLI - SP242017
RENATO MANTOVANI GONÇALVES - SP294260
REQUERIDO : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO

DECISÃO

Trata-se de pedido de tutela provisória formulado por **L. S. S. DE O., M. D. S. DE O. e R. S. S. DE O.**, no qual requerem a concessão de efeito suspensivo ao recurso especial interposto de acórdão do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo.

Alegam os requerentes, em suma, que a sentença de pronúncia "encontra-se eivada de ilicitudes: a) atribuição automática e desfundamentada de circunstância qualificadora; b) menção a interceptações telefônicas decretadas desmotivadamente; e c) suportada pelo conteúdo de confissão extrajudicial de Adriano que fora, posteriormente, anulada" (e-STJ, fl. 3082).

Assim, nos termos do art. 1.029, §5º do CPC, entendem que o processo deve ser suspenso considerando o risco de grave lesão e de difícil reparação.

Aponta urgência considerando a previsão de julgamento pelo Plenário do júri marcada para 4/9/2019.

No mais, reitera as teses já desenvolvidas no recurso especial quanto a a) "circunstância qualificadora, relativa ao modo de execução (Artigo 121, § 2º, inciso IV, do Código Penal), foi aplicada aos Peticionários de forma automática, sem a indispensável demonstração, ainda que mínima, da forma através da qual teria ingressado na esfera de cognição" (e-STJ, fl. 3085); b) "ilicitudes no processo, há as decisões que decretaram, prorrogaram e reiteraram as interceptações telefônicas" (e-STJ, fl. 3085) e c) "houve praticamente replicação do conteúdo da confissão extrajudicial do senhor Adriano na sentença. Tal confissão, entretanto, foi declarada nula, sendo indispensável fosse a mesma desentranhada dos autos e não utilizada na narrativa contida na sentença". [...] "Embora invalidada a confissão extrajudicial, verifica-se que o contato direto com o teor da mesma, em última análise, contaminou o curso do pensamento do representante (rectius: presentante) do Ministério Público, sendo certo que houve valoração e revelação desta mesma valoração (juízo, convencimento) em linguagem escrita na denúncia e em outras peças e atos processuais" (e-STJ, fl. 3087).

Requer, portanto, a concessão de efeito suspensivo aos recursos especiais.

É o relatório.

Superior Tribunal de Justiça

Decido.

Nos termos do art. 300 do Código de Processo Civil/2015, "a tutela de urgência será concedida quando houver elementos que evidenciem a probabilidade do direito e o perigo de dano ou o risco ao resultado útil do processo".

Em sessão plenária do tribunal do júri realizada nos dias 04, 05 e 06 de setembro de 2019, Lucas foi condenado à pena de 27 anos de reclusão, como incurso no artigo 121, §2º, I e IV, do Código Penal, MILTON foi condenado à pena de 24 anos de reclusão, como incurso no artigo 121, §2º, I, do Código Penal, RAFAEL foi condenado à pena de 18 anos e 08 meses de reclusão, como incurso no artigo 121, §2º, I, do Código Penal e ADRIANO foi condenado à pena de 21 anos de reclusão, como incurso no artigo 121, §2º, I e IV, do Código Penal, todos em regime inicial fechado.

Ante o exposto, **julgo prejudicado** o pedido de tutela provisória.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília (DF), 28 de novembro de 2019.

Ministro RIBEIRO DANTAS
Relator